

Racionalidade

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Racionalidade é a qualidade ou estado de ser sensato, com base em fatos ou razões. A racionalidade implica a conformidade de suas crenças com umas próprias razões para crer, ou de suas ações com umas razões para a ação. “Racionalidade” tem significados diferentes especializados em economia, sociologia, psicologia, biologia evolutiva e ciência política. Uma decisão **racional** é aquela que não é apenas fundamentada, mas também é ideal para alcançar um objetivo ou resolver um problema.

Determinar otimização para o comportamento racional exige uma formulação quantificável do problema, e fazer várias suposições-chave. Quando o objetivo ou problema envolve a tomada de uma decisão, o fator de racionalidade em quanta informação está disponível (por exemplo, conhecimento completo ou incompleto). Coletivamente, a formulação e pressupostos de fundo são o modelo em que a racionalidade se aplica. Ilustrando a relatividade da racionalidade: se alguém aceita um modelo no qual beneficiando a si mesmo é o ideal, em seguida, a racionalidade é equiparado a um comportamento que é auto interessado, a ponto de ser egoísta; enquanto que, se alguém aceita um modelo no qual a beneficiar o grupo é o ideal, então o comportamento puramente egoísta é considerado irracional. É, portanto, sem sentido de afirmar a racionalidade sem especificar também os pressupostos do modelo de fundo que descrevem como o problema é enquadrado e formulado.

Índice

Teorias da racionalidade

- Max Weber
- Psicologia de raciocínio
- Richard Brandt

Qualidade da racionalidade

Racionalidade teórica e prática

Exemplos de diferentes áreas

- Economia
- Inteligência artificial

Ver também

Referências

Bibliografia

Teorias da racionalidade

Max Weber

O sociólogo alemão Max Weber propôs uma interpretação da ação social que distingue entre quatro diferentes tipos ideais de racionalidade. O primeiro tipo, que ele chamou *Zweckrational* ou racionalidade proposital/instrumental, está relacionado com as expectativas sobre o comportamento de outros seres humanos ou de objetos no ambiente. Essas expectativas servem como meios par um determinado ator atingir fins, que, segundo Weber, seriam "racionalmente perseguidos e calculados." O segundo tipo foi chamado por Weber *Wertrational*, ou seja, orientado por crença ou valor. Aqui, a ação é realizada por motivos intrínsecos ao ator (éticos, estéticos, religiosos ou outros). O terceiro tipo é o afetivo, determinado pelos afetos, sentimentos ou emoções do ator, e o próprio Weber o considerava como um tipo de racionalidade que estava no limite do que ele considerava como "significativamente orientado

." O quarto tipo é o tradicional ou convencional, determinada pelo hábito enraizado. Weber enfatizou que era muito raro encontrar apenas uma dessas orientações isolada: combinações eram a norma. Ele também considerava as duas primeiras como as mais importantes, e é discutível se o terceiro e o quarto tipos podem ser subtipos dos dois primeiros.

A vantagem da interpretação de Weber da racionalidade é que ele evita fazer juízos de valor, como, por exemplo, considerar que certos tipos de crenças são irracionais. Em vez disso, Weber sugere, como base ou motivo, razões religiosas ou afetivas, por exemplo, que podem atender ao critério de explicação ou justificação, mesmo se não for uma explicação que se encaixa na orientação *Zweckrational* de meios e fins. Portanto, o oposto também é verdade: algumas explicações de meios-fins não vão satisfazer aqueles cujas bases para a ação forem *Wertrational*.

As construções de Weber sobre racionalidade foram criticadas tanto da perspectiva habermasiana (1984), como sendo desprovida de contexto social e teoricamente mal desenvolvida, no que se refere ao poder social^[1] De uma perspectiva feminista ^[2] as construções de Weber sobre a racionalidade são vistas como imbuídas de valores masculinos e orientadas para a manutenção do poder masculino. Uma posição alternativa sobre a racionalidade (que inclui tanto racionalidade limitada^[3] como os argumentos weberianos baseados em afetos e valores, pode ser encontrada na crítica de Etzioni,^[4] que reformula o pensamento sobre a tomada de decisões para defender uma inversão da posição apresentada por Weber. Etzioni ilustra como o raciocínio proposital/instrumental é subordinado a considerações normativas (ideias sobre como as pessoas "devem" comportar-se) e afetivas (como um sistema de apoio para o desenvolvimento das relações humanas).

Psicologia de raciocínio

Na psicologia do raciocínio, psicólogos e cientistas cognitivos têm defendido posições diferentes sobre a racionalidade humana. Um ponto de vista de destaque, devido a Philip Johnson-Laird e Ruth MJ Byrne entre outros, é que os seres humanos são racionais, em princípio, mas erram na prática, ou seja, os seres humanos têm a competência para ser racional, mas seu desempenho é limitado por vários fatores. No entanto, tem-se argumentado que muitos teste padrão de raciocínio, tais como aqueles na falácia da conjunção, na tarefa de seleção de Wason, ou a falácia taxa básica sofrem de problemas metodológicos e conceituais. Isto levou a disputas em psicologia sobre se os pesquisadores devem (apenas) usar as regras padrão de lógica, a teoria da probabilidade e estatística, ou teoria da escolha racional como as normas de bom raciocínio. Os opositores deste ponto de vista, como Gerd Gigerenzer, a favor de uma concepção de racionalidade limitada, especialmente para tarefas sob alta incerteza.

Richard Brandt

Richard Brandt propôs uma definição reformada da racionalidade, defendendo alguém é racional se suas noções sobreviver a uma forma de psicoterapia cognitiva.

Qualidade da racionalidade

Acredita-se por alguns filósofos (notadamente AC Grayling) que uma boa justificativa deve ser independente das emoções, sentimentos pessoais ou qualquer tipo de instintos. Qualquer processo de avaliação ou análise, que pode ser chamado de racional, deve ser altamente objetiva, lógica e "mecânica". Se estes requisitos mínimos não são satisfeitos, ou o de irracional, devido à injeção de viés subjetivo.

Ciência cognitiva moderna e neurociência estudam o papel da emoção na função mental (incluindo temas que vão desde lampejos de compreensão científica para fazer planos para o futuro), que nenhum ser humano jamais satisfará este critério, exceto, talvez, uma pessoa sem sentimentos afetivos, por exemplo, um indivíduo com uma amígdala massivamente danificada ou psicopatia grave. Assim, uma forma idealizada de racionalidade é mais bem exemplificada por computadores, e não pessoas. No entanto, os estudiosos podem produtiva apelar para a idealização como um ponto de referência.

Racionalidade teórica e prática

Kant tinha distinguido teórico da razão prática. Racionalidade teórica Jesús Mosterín faz uma distinção paralela entre a racionalidade teórica e prática, embora, de acordo com ele, a razão e a racionalidade não são os mesmos: a razão seria uma faculdade psicológica, ao passo que a racionalidade é uma estratégia de otimização. Os seres humanos não são racionais por definição, mas eles podem pensar e agir racionalmente ou não, dependendo se eles se aplicam, explícita ou implicitamente, a estratégia de racionalidade teórica e prática para os pensamentos que eles aceitam e às ações que realizam.

Racionalidade teórica tem um componente formal que reduz a consistência lógica e um componente material que reduz a sustentação empírica, com base em nossos mecanismos inatos de detecção e interpretação de sinais. Mosterín distingue entre involuntário e crença implícita, por um lado, e da aceitação voluntária e explícita, por outro. Racionalidade teórica pode mais adequadamente ser dita para regular nossas aceitações de nossas crenças. Racionalidade prática é a estratégia para viver uma vida melhor forma possível, alcançar os seus objetivos mais importantes e suas preferências na medida do possível.

Exemplos de diferentes áreas

Economia

Indivíduos ou organizações são chamadas racionais, se tomarem as melhores decisões em busca de seus objetivos. É nestes termos que se fala, por exemplo, de uma alocação racional dos recursos, ou de uma estratégia empresarial racional. Para tal "racionalidade", os objetivos do tomador de decisão são tomados como parte do modelo, e não é sujeito à crítica, ética ou não.

Debates surgem nestes quatro campos sobre se ou não as pessoas ou organizações são "realmente" racional, assim como se faz sentido para modelá-los como tal em modelos formais. Alguns têm argumentado que uma espécie de racionalidade limitada faz mais sentido para tais modelos.

Outros pensam que qualquer tipo de racionalidade nos moldes da teoria da escolha racional é um conceito inútil para a compreensão do comportamento humano; o termo *homo economicus* (homem econômico: o homem imaginário que está sendo assumido nos modelos econômicos que é logicamente consistente, porém imoral) foi criado em grande parte, em homenagem a este ponto de vista.

Inteligência artificial

Dentro da inteligência artificial, um *agente racional* é aquele que maximiza sua utilidade esperada, dado o seu conhecimento atual. Utility é a utilidade das consequências de suas ações. A função de utilidade é definida arbitrariamente pelo designer, mas deve ser uma função de "performance", que são as consequências diretamente mensuráveis, tais como ganhar ou perder dinheiro. A fim de tornar um agente seguro que desempenha defensiva, uma função não linear do desempenho é muitas vezes desejada, de modo que a recompensa para vencer é mais baixo do que o castigo por perder. Um agente pode ser racional dentro de sua própria área de problema, mas encontrar a decisão racional para os problemas arbitrariamente complexas não é praticamente possível. A racionalidade do pensamento humano é um problema chave na psicologia do raciocínio.

Ver também

- [Inteligência](#)
- [Irracionalidade](#)
- [Racionalismo](#)
- [Racionalização](#)
- [Razão](#)

Referências

1. Jürgen Habermas(1984) *The Theory of Communicative Action Volume 1; Reason and the Rationalization of Society* Cambridge: Polity Press.
2. Eagleton, M. (ed) (2003)*A Concise Companion to Feminist Theory*Oxford: Blackwell Publishing.

3. Simons, H. and Hawkins, D. (1949), "Some Conditions in Macro-Economic Stability", *Econometrica*, 1949.
4. Etzioni, A. (1988), "Normative-Affective Factors: Towards a New Decision-Making Model", *Journal of Economic Psychology*, vol. 9, pp. 125–150.

Bibliografia

- Jürgen Habermas (1984) *The Theory of Communicative Action Volume 1; Reason and the Rationalization of Society*, Cambridge: Polity Press.
- Eagleton, M. (ed) (2003) *A Concise Companion to Feminist Theory* Oxford: Blackwell Publishing.
- Simons, H. and Hawkins, D. (1949), "Some Conditions in Macro-Economic Stability", *Econometrica*, 1949. as well as the affective and value-based arguments of Weber)
- Etzioni, A. (1988), "Normative-Affective Factors: Towards a New Decision-Making Model", *Journal of Economic Psychology*, Vol. 9, pp. 125–150.
- Byrne, R.M.J. & Johnson-Laird, P.N. (2009). 'If' and the problems of conditional reasoning *Trends in Cognitive Sciences*, 13, 282–287
- Sturm, Thomas (2012). The "rationality wars" in *Psychology: Where they are and where they could go* Inquiry, 55, 66-81.
- Richard B. Brandt (1959). *Ethical Theory: The Problems of Normative and Critical Ethics* Prentice-Hall.
- Mosterín, Jesús (2008). *Lo mejor posible: Racionalidad y acción humana* Madrid: Alianza Editorial, 2008. 318 pp. ISBN 978-84-206-8206-8
- Mosterín, Jesús (2002). "Acceptance Without Belief" *Manuscrito*, vol. XXV, pp. 313–335.
- Johnson-Laird, P.N. & Byrne, R.M.J. (1991). *Deduction*. Hillsdale: Erlbaum.
- Reason and Rationality by Richard Samuel; Stephen Stich, Luc Faucher on the broad field of reason and rationality from descriptive, normative, and evaluative points of view
- *Stanford Encyclopedia of Philosophy* "Historicist Theories of Rationality"
- Legal Reasoning After Post-Modern Critiques of Reason, by Peter Suber
- Spohn, W. (2002). The Many Facets of the Theory of Rationality *Croatian Journal of Philosophy* 2 247–262.
- Lucy Suchman (2007). *Human-machine Reconfigurations: Plans and Situated Action*. Cambridge University Press.
- Cristina Bicchieri (1993). *Rationality and Coordination*, New York: Cambridge University Press
- Cristina Bicchieri (2007). "Rationality and Indeterminacy", in D. Ross and H. Kinkaid (eds.) *The Handbook of Philosophy of Economics*, The Oxford Reference Library of Philosophy Oxford University Press, vol. 6, n.2.
- Anand, P (1993). *Foundations of Rational Choice Under Risk* Oxford, Oxford University Press.
- Habermas, J. (1984) *The Theory of Communicative Action Volume 1; Reason and the Rationalization of Society* Cambridge: Polity Press.
- Mosterín, Jesús (2008). *Lo mejor posible: Racionalidad y acción humana* Madrid: Alianza Editorial. 318 pp. ISBN 978-84-206-8206-8
- Nozick, Robert (1993). *The Nature of Rationality* Princeton: Princeton University Press.
- Eagleton, M. (ed) (2003) *A Concise Companion to Feminist Theory* Oxford: Blackwell Publishing.
- Simons, H. and Hawkins, D. (1949), "Some Conditions in Macro-Economic Stability", *Econometrica*, 1949.
- Johnson-Laird, P.N. & Byrne, R.M.J. (1991). *Deduction*. Hillsdale: Erlbaum.
- Garcés M. (2009) *Emotional Theory of Rationality "Entertainment = Emotion" workshop*, C.C Benasque, Spain

Obtida de "<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Racionalidade&oldid=53147614>"

Esta página foi editada pela última vez às 23h36min de 16 de setembro de 2018.

Este texto é disponibilizado nos termos da licença [Atribuição-Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada \(CC BY-SA 3.0\)](#) da [Creative Commons](#), pode estar sujeito a condições adicionais. Para mais detalhes, consulte [as condições de utilização](#)